
OPINIÃO PÚBLICA E DEFESA NACIONAL

•

OPINIÃO PÚBLICA E DEFESA NACIONAL

1. Há alguns meses, tive oportunidade de ler um exemplar de Agosto/Setembro (¹) de 1977 da revista «Défense National», na qual quatro artigos reproduziam ou resumiam intervenções dos seus autores numa jornada de estudos patrocinada por aquela revista em 25 de Maio de 1977 e subordinada ao tema «Opinião Pública e Defesa». Então atraiu-me particularmente a atenção o facto de em França se efectuarem com frequência sondagens de opinião directamente orientadas para assuntos de política de defesa (serviço militar obrigatório, exército profissionalizado, força de dissuasão nuclear, etc.). Mais tarde, outras leituras e algumas conversas informais, designadamente sobre a existência ou não de um antimilitarismo «histórico» em Portugal, e sobre a existência ou não de sectores de opinião que contestariam até a necessidade ou a utilidade de Forças Armadas nacionais, levaram-me a reflectir sobre aspectos abordados naqueles artigos, e no seu interesse em termos de Defesa Nacional.

O que se propõe neste artigo é apenas apresentar algumas considerações pessoais e muito sumárias sugeridas pelos artigos referidos, sobre um assunto que julgo, aliás, ultrapassar em interesse potencial a escassez dos conhecimentos do autor.

2. Opinião Pública e Sistemas de Convicções

François Vieillescazes e Jean-Pierre H. Tomas definem opinião pública como sendo «... a opinião de todos os cidadãos sobre os assuntos de interesse público ou sobre os assuntos de interesse geral». Mais adiante escrevem

(¹) Os quatro artigos, que serão citados ao longo deste, são: «Opinion et Politique de Défense», de Raoul Girardet, «L'opinion publique, le parlement et la défense», de Joel le Theule, «L'évolution de l'opinion des français sur la Défense a travers les sondages de 1972 a 1976» de Jean-Marc Lech, e «Notes a propos de l'opinion publique et de la Défense» de François Vieillescazes e de Jean-Pierre H. Thomas.

também «O conceito de opinião pública, tal como o conhecemos hoje, é primeiro historicamente bem situado. Até ao «século das luzes», os filósofos pouco falaram de opinião pública: e se dela falavam, era numa acepção do termo completamente diferente. A opinião dos cidadãos, sobretudo, aparecia como um fim em si, e de modo nenhum como um meio de Governo. Todo o sistema de educação, de formação — por vezes de informação — das pessoas era construído para garantir a implantação no espírito destas de um sistema de convicções inteiramente voltado para a assumpção de valores universais: fé, obediência, etc.».

Uma primeira reflexão que se pode formular sobre estas linhas, é que elas caracterizam duas realidades diferentes, embora intimamente associadas. Uma que poderíamos designar por «profunda», ligada às crenças, aos valores, à «cultura» dos indivíduos, e, na sua resultante social, aos valores morais e culturais que definem e identificam os grupos sociais. Outra que seria a tal opinião dos cidadãos sobre os assuntos de interesse público ou geral, ligada a circunstâncias de momento.

Ambas coexistem, evidentemente, tanto no indivíduo como no grupo social, e as suas relações são múltiplas, influenciando-se uma à outra.

Quando se fala em «opinião pública», normalmente faz-se referência à opinião colectiva, circunstancial, sobre um determinado assunto, mas além de que essa opinião é sempre fortemente influenciada pelos «sistemas de convicção» individuais e colectivos, também por vezes a expressão «opinião pública» abrange, indiferenciadamente, tanto aquela opinião colectiva circunstancial e muito volúvel, como as convicções profundas, muito mais estáveis. Convém, porém, ter presente esta distinção.

Raoul Girardet afirma a existência de «pelo menos» dois níveis na opinião pública cuja noção aliás classifica de ambígua. Segundo ele, um desses níveis seria representado pelas categorias «dirigentes» expressa na imprensa, nas obras dos teóricos, nos programas dos partidos, nos debates parlamentares. O outro corresponde à «população global», cuja opinião seria expressa na forma de um «complexo multiforme, fluido e sempre em movimento, de preconceitos, de crenças, de estereótipos, de imagens, de fidelidades ou de repulsas».

Para François Vieillescazes e Jean-Pierre H. Thomas, pode-se considerar a opinião pública «estratificada» em 3 níveis: o primeiro corresponderia a um «público atento», «verdadeiro público de elite, bem informado, curioso, mas pouco numeroso, concentrado à volta das Universidades, dos

órgãos de imprensa, dos círculos de reflexão e de discussão». O segundo, corresponderia à opinião de «grupos de atenção», uma opinião também bem documentada, mas opinião de grupo, não de indivíduos (sujeita a distorções e influências de interesses ou pressões colectivas) que não visaria portanto o interesse geral mas apenas o interesse particular do grupo. O terceiro corresponderia à opinião do «público de massa» pouco informado, manipulável e mutável; humor mais do que opinião».

Um pouco mais adiante, estes dois autores contrapõem à imagem de opinião pública estratificada em 3 níveis, a concepção da opinião pública mais juízo de valor do que juízo de situação. «Assim, no processo de formação de uma opinião pública, e sobretudo sobre um assunto como o da Defesa, os indivíduos recolhem, avaliam, e integram certos factos ou ideias nos seus sistemas de convicções confrontando-os com princípios, regras e normas morais, que são de carácter muito geral. As opiniões assim produzidas não contêm apenas factos, elas não contêm sobretudo factos, mas são carregadas de um conteúdo afectivo, e mesmo emocional. As reacções e os juízos do público são motivados por uma intuição da justiça ou da injustiça, não por uma intuição da verdade ou do erro factual.»

As classificações de níveis de Raoul Girardet, por um lado, e de F. Vieillescazes e J. P. H. Thomas por outro, equivalem-se. De facto, as «categorias dirigentes» do primeiro englobam, «grosso modo», os dois primeiros níveis («público atento» e «grupos de atenção») dos segundos, e a «população global» de R. Girardet parece corresponder bastante bem ao «público de massa» de Vieillescazes e Thomas.

Já a concepção destes dois autores da opinião pública juízo de valor entra nitidamente no campo da análise qualificativa da opinião, traçando um quadro que aliás não parece invalidar a afirmação da estratificação (ou diferenciação) da opinião, podendo aplicar-se aos vários níveis atrás definidos, embora não com a mesma intensidade a cada um deles. Assim, quanto ao nível ou estrato designado por «população global» «ou público de massa», a concepção de opinião-juízo de valor, relativamente pouco factual, ou melhor, pouco dependente dos factos objectivamente considerados, mas dependendo muito mais de uma «interpretação» dos factos, parece aplicar-se em pleno, enquanto que no caso dos outros níveis de opinião isso não se verificará tão completamente, nem com a mesma clareza, dada a maior capacidade dos elementos integrantes desses estratos de obter e tratar a infor-

mação, e a sua preparação académica que os solicita a uma procura de maior objectividade.

Desta primeira e, sem dúvida, elementar aproximação a um conceito de opinião pública, poderão talvez tirar-se algumas conclusões. A opinião pública em sentido restrito, ou o que geralmente se entende como opinião pública, aparece como um consenso colectivo ligado a um determinado assunto de interesse público ou geral, é relativamente mutável, intimamente ligada por um lado à informação disponível, e por outro aos sistemas de convicções profundas, muito estáveis, alicerçados nos valores morais e culturais, que prevalecem nos meios sociais onde a opinião se forma. A qualidade da opinião, o modo como ela integra os factos e a informação produzida sobre os mesmos, bem como os valores morais que são postos em causa, variam conforme o meio socio-cultural, podendo assim, relativamente ao mesmo assunto e à mesma informação, distinguir-se vários níveis ou estratos de opinião. Finalmente, em todos os casos, mas sobretudo nas opiniões «de massa», a opinião pública depende muito de juízos de valor elaborados sobre os factos (ou sobre uma «representação emocional» destes) em que os sistemas de convicção pessoais e colectivos pesam fortemente.

3. A opinião pública e o Poder. Necessidade de conhecer a opinião pública e as possibilidades de intervenção

A necessidade para os dirigentes de conhecerem a opinião das pessoas que eles dirigem de modo a melhor obterem a sua colaboração na obtenção dos objectivos que pretendem alcançar, é uma verdade que não se contesta. Mas discute-se, isso sim, até que ponto é importante e útil esse conhecimento, e se a opinião conhecida deve ser integrada na fixação dos objectivos ou só utilizada para melhor alcançar objectivos fixados independentemente dela. E, inevitavelmente, surge desde logo o problema da intervenção na formação da própria opinião.

O problema da vantagem de conhecer as opiniões, para as utilizar, e o problema da intervenção na opinião, são sintetizados em algumas frases por Joel de Rosnay, no seu livro «O macroscópio», editora Arcádia, pág. 175, que a seguir se transcrevem:

«Desde há muito que dirigentes políticos, chefes sindicais, chefes de empresa, directores de jornais, realizadores de programas de televisão ou directores de agências de publicidade procuram saber o que pensa o público,

prever as reacções de «massa», responder às necessidades e desejos dos cidadãos. A «caixa de ideias» que os empresários colocam nas cantinas das companhias, as «cartas ao editor» publicadas pelos jornais, as operações «portas abertas» nas grandes empresas, ou a função de «intermediário» criada pelo Governo, representam tentativas limitadas mas significativas para fazer «subir» as informações... Mas estes canais muito rudimentares de retroacção social são irrisórios perante a potência dos sistemas de informação descendente, e particularmente da televisão e da publicidade. Falar de comunicação nestes casos, sob pretexto de que o receptor «compreendeu a mensagem», é um abuso de linguagem. Não pode haver comunicação verdadeira sem «retorno» das informações, e portanto sem interacção com a fonte.»

A mesma necessidade de conhecer a opinião que Joel de Rosnay afirma, é postulada por muitos outros autores. Também Joel le Theule, num dos 4 artigos referidos no início deste, menciona essa necessidade estabelecendo uma ligação mais directa com o problema do poder político. «Os poderes públicos, os partidos políticos, pelo menos em certos países, compreenderam mais tardiamente que não bastava conceber projectos, estabelecer programas, mas que era também necessário fazê-los conhecer e fazê-los aceitar. É por isso que todos os chefes de Estado, ministros e grandes serviços se apoiam sobre sondagens para conhecer a opinião da população...»

Surge aqui com clareza a ideia de que conhecer a opinião pública é necessário mas não indispensável. Conforme as palavras de Joel le Theule, nem sempre os poderes públicos se preocuparam com o conhecimento da opinião («... compreenderam mais tardiamente...») e, mesmo actualmente, isso só se verifica fora de dúvidas, em alguns países («... pelo menos em certos países»...). Não será polémico admitir que quanto mais centralizados forem os poderes públicos, e, portanto, menos capacidade efectiva tiver a generalidade dos cidadãos de intervir na Governação, mais facilmente esta pode efectuar-se à revelia da opinião dos governados, e vice-versa.

A História passada e presente fornecerá múltiplos exemplos em apoio desta afirmação.

Por outro lado, parece também pacífico concluir que, em todos os casos uma opinião pública favorável aumentará a eficácia das decisões tomadas pelos poderes públicos. Nos sistemas políticos mais liberais, essa opinião pode ter um peso determinante, nos mais autocráticos será menos relevante, mas em todos influirá, com mais ou menos peso, consoante a natureza do regime

mas também conforme o assunto em causa e o grau de coincidência ou afastamento entre opinião e decisão.

Assim sendo, parece indiscutível a vantagem de se conhecer a opinião pública, sobretudo acerca dos assuntos mais susceptíveis de a impressionarem, ou mobilizarem, antes das decisões do Poder Político. E também de procurar actuar sobre essa opinião no sentido de a tornar favorável às medidas que se tencionam tomar, antes de as tomar, e de a levar a aceitá-las bem, depois de as tomar. Mas, para actuar sobre uma opinião pública, parece de boa táctica conhecê-la primeiro.

François Vieillescazes e Jean-Pierre H. Thomas põem o acento tónico na actuação antes da decisão. Conforme afirmam no seu artigo já citado «...Forma-se uma opinião para orientar ou preparar uma decisão. A opinião é uma etapa no processo político e não um fim em si. O público é actor, não objecto»... No entanto, estando esta frase incluída num contexto que desenvolve um modelo normativo de opinião, não nos parece dever enterder-se que exclua a outra face da finalidade da opinião, que é a de, na fase posterior, aceitar ou rejeitar uma decisão. Quanto à afirmação de que a opinião é uma etapa no processo político, e não um fim em si, parece-me importante, para nos recordar os limites da opinião e também a sua força, impedindo não só a sobrevalorização a que por vezes se é conduzido, como também recordando-nos que os agentes da opinião são também os actores dos acontecimentos sociais.

A intervenção na opinião é um facto intrínseco ao próprio processo formativo da mesma. A formação de uma opinião colectiva é, efectivamente, um processo extremamente complexo, em que participam ao nível de cada indivíduo os seus sistemas de valores, de convicções, as suas «grelhas de análise», e também as informações que recebe e que lhe são exteriores. Estas podem chegar-lhe de variadíssimos modos, desde a observação directa, passando pela comunicação interpessoal, até aos grandes meios da comunicação social, e serem mais ou menos objectivas, mais ou menos completas, mais ou menos interpretadas. Em todas estas etapas de formação da opinião individual podem intervir, e intervêm, de forma mais orientada ou mais casual, as mais variadas vontades políticas. Depois de formada a opinião individual, e já durante a formação desta, vai-se processando por complexa interacção a resultante colectiva que passa a ser a opinião de um grupo ou classe e também aqui é inevitável,

e inerente ao próprio processo formativo, uma constante e múltipla intervenção casual ou orientada, dos vários interesses em causa.

Mas o pluralismo das intervenções, a estabilidade dos sistemas de convicção e a própria complexidade do processo formativo da opinião, fazem com que muitas vezes a opinião resultante não coincida com as intervenções orientadoras, mesmo que estas sejam poderosas. Isso leva-nos a abordar, muito superficialmente, o problema da eficácia dos meios de comunicação na formação da opinião pública.

Efectivamente, os meios de comunicação social são os mais poderosos instrumentos actualmente disponíveis para intervir na formação da opinião pública. A eficácia de actuação desses meios tem sido objecto de vários estudos, cujas conclusões, reconhecendo embora o inegável potencial de intervenção que lhes é dado pelas técnicas modernas de que dispõem, não deixam de mitigar a tendência que existe para sobrevalorizá-los.

Para situar a discussão deste problema, convém recordar o papel fundamental dos sistemas de convicção na formulação de opiniões. Se os conjuntos de valores morais e de convicções profundas de cada indivíduo tem um peso decisivo na elaboração da sua opinião, e, por interacção social, as convicções e valores predominantes um peso decisivo na opinião do grupo, sobretudo a nível de «opinião de massas», então a acção dos meios de comunicação social deverá ser fortemente condicionada por esses sistemas de convicção, que tenderão a anular essa acção quando se oponha a esses sistemas de valores, ou a reforçá-la quando se exerce no mesmo sentido. É o que parece ser confirmado pela realidade social, na opinião de vários autores.

Assim, Jean Meynaud, no capítulo de sua autoria «Rôle du Journal dans la conjuncture idéologique», integrado na colectânea «Prensa y convivência internacional», escreve a pág. 173, ao comentar alguns exemplos sobre a aparente pouca influência da imprensa em certos factos, conjugados com outros em que tal influência parece marcante, e outros ainda em que parece demonstrar-se que a imprensa não pode ser completamente substituída pela rádio e televisão: «A contradição assim levantada perde importância se admitirmos que em política, como em outros domínios, o leitor de um jornal tende a procurar nele não opiniões novas ou suplementares, mas sim argumentos adequados à consolidação de opiniões já adquiridas. Vista por esta perspectiva, a consulta de um jornal

conduziria à integração de um certo número de factos numa estrutura ideológica pré-existente.» E, mais adiante, acrescenta «Estas observações que tendem certamente a minimizar o papel do jornal na conjuntura ideológica, estão em harmonia com as aquisições da psicologia social relativas à formação e modificação das atitudes. Durante os trinta últimos anos, foram efectuadas numerosas experiências tendo em vista medir as possibilidades de transformação das atitudes pela comunicação aos sujeitos de informação especialmente concebida nesse sentido... No conjunto, essas pesquisas fizeram salientar a possibilidade de modificar o nível dos conhecimentos objectivos dos sujeitos, tendo contudo o suplemento de informação assim adquirido a característica de se degradar bastante depressa. Mas eles puseram igualmente em evidência que, no essencial, as atitudes em si mesmas escapam a semelhantes ensaios de persuasão».

No mesmo sentido, escrevem François Vieillescazes e Jean-Pierre H. Thomas, a pág. 62 da «Défense Nationale» já referida: «Os psico-sociólogos demonstraram que as opiniões mais solidamente formadas, as melhor ancoradas nos sistemas de convicções individuais são também as que são menos susceptíveis de mudar. Que, mesmo, os indivíduos procuram, tanto quanto podem, proteger essas opiniões centrais contra riscos que elas podem correr, contra as informações contraditórias, em particular».

Mas poderíamos então concluir que não há intervenção possível na opinião pública fora do sentido e dos limites traçados pelas convicções profundas dos alvos dessa intervenção? Essa seria uma conclusão bastante polémica, e que, aliás, ultrapassaria as que são apresentadas pelos mesmos autores atrás citados.

De facto, tanto a importância de uma opinião pública favorável, como o poder dos meios disponíveis para intervir nesta e consequentemente a possibilidade de o fazer, são dados adquiridos. O que se discute são as limitações desses meios de intervenção, que, sendo poderosos, não são onnipotentes.

Mas a intervenção é possível, mesmo quando em sentido contrário às convicções profundas dos receptores da informação. Ela pode fazer-se, e faz-se, de forma directa através dos artigos de fundo, dos comentários, dos discursos, das entrevistas, dos estudos, ensaios etc., e de forma indirecta através das reportagens, noticiários, programas informativos diversos, variedades, anedotas, histórias, romances, filmes, etc. Destas duas formas, parece ser a indirecta muito mais eficiente que a directa, o que aliás

decorre logicamente da vontade de os indivíduos procurarem proteger as suas convicções e valores fundamentais contra tudo o que os ponha abertamente em causa. Assim, as pessoas seleccionam os artigos de fundo, comentários, discursos, estudos etc., de acordo com as suas convicções pré-estabelecidas, e, mesmo quando lêem, ou ouvem opiniões divergentes, é utilizada a sua grelha de análise, que as leva a valorizar tudo o que se enquadra com as suas opiniões pré-estabelecidas e a rejeitar de imediato o que se afasta delas. Já através da acção indirecta, que não apareça claramente ao indivíduo como veiculadora de opinião ou intencionalmente dirigida à opinião, se podem ultrapassar mais facilmente as barreiras defensivas das convicções pessoais. A influência será lenta, mas mais eficiente.

A capacidade de os alvos de uma intervenção na opinião poderem recusar facilmente essa intervenção se ela for muito aparente está bem ilustrada num curioso exemplo utilizado por Joel de Rosnay a pág. 177 da sua obra «O Macróscopio», já atrás referida. «Há já alguns anos, o director de uma grande cadeia de televisão americana contava à imprensa a seguinte anedota: os engenheiros da cidade de Nova Iorque, encarregados da distribuição da água, tinham ficado perplexos perante os ciclos regulares do consumo de quarto em quarto de hora, atingindo amplitudes extremamente fortes durante breves instantes. Terminado e publicado o seu inquérito, eles repararam que estes ciclos correspondiam exactamente ao período reservado à publicidade, difundida simultaneamente em todos os canais principais de Televisão. O que acontecia era que os telespectadores aproveitavam esses momentos para ir beber água ou ir à casa de banho».

A primeira condição para o possível êxito de uma tentativa de intervenção na formação da opinião pública parece pois ser o evitar a rejeição pura e simples, isto é, muito simplesmente, atingir as pessoas. Para isso não basta a grande capacidade de difusão dada pelos meios técnicos modernos dos meios de comunicação social. É preciso que as pessoas leiam, oiçam, vejam. E, se se trata de entrar em litígio com as convicções profundas, com os sistemas de valores reputados como essenciais, como «indiscutíveis», para que a «intervenção» seja lida, ouvida ou vista, ela não poderá apresentar-se abertamente em oposição com essas convicções e valores.

Um veículo privilegiado para essa actuação tem sido a informação em sentido restrito, ou seja, a divulgação das notícias, dos acontecimentos. As pessoas precisam de saber o que se passa, e, mesmo quando o serviço informativo que recebem é despojado de comentários, a sua opinião é influenciada pelos factos que lhes são comunicados.

Neste campo, a possibilidade de intervenção é mais vasta do que geralmente se supõe dado a aparente inocuidade de uma perspectiva factual despojada de comentários. Mas aí reside mesmo uma vantagem suplementar: a sua aparente objectividade faz baixar as barreiras defensivas psicológicas. No entanto, cada facto em si mesmo, e na sua «verdade integral», é susceptível de várias leituras, conforme o enquadramento ideológico que lhe for fornecido pelas pessoas que o conhecerem, ou os interesses dessas pessoas. Além disso, é sempre necessário seleccionar os factos comunicados num noticiário, é impossível comunicar tudo o que se conhece, além de que, à partida, são efectivamente ignorados alguns factos por inevitáveis deficiências de percepção, de pesquisa, etc. O conhecimento da realidade que é transmitido é, portanto, incompleto, e, consequentemente, esse conhecimento é imperfeito. É claro que esta selecção de factos que muitas vezes é involuntária, pode ser, e é também muitas vezes, voluntariamente orientada com um sentido de intervenção. Isto, para não falar em processos mais grosseiros e moralmente inaceitáveis, mas infelizmente bastante frequentes, de deliberada alteração dos factos, segundo o processo bem conhecido de misturar verdades com mentiras, as verdades funcionando para dar uma aparência de credibilidade ao conjunto, as mentiras funcionando como veículo da opinião do informador.

A acção continuada de uma informação orientada deve poder, ao longo do tempo, mudar alguma coisa num sistema de convicções colectivo. Os valores culturais, as convicções morais, sociais, ideológicas, políticas, de um grupo social, são estáveis mas não imutáveis. Constituem uma realidade dinâmica, construída por uma interacção constante e complexa entre cada indivíduo e o «meio», isto é, os outros indivíduos, as instituições, as condicionantes materiais, etc.

Os valores culturais, a começar pela própria língua e pelos aspectos mais elementares do comportamento, são «ensinados» a cada indivíduo desde que nasce, pelo «meio» que o rodeia, mas, ele próprio, desde que

nasceu, passou a fazer também parte desse «meio», e tudo o que recebe dele é «traduzido», «interpretado» por si, e é a partir dessa «tradução pessoal», que, como toda a tradução, sempre modifica algo, que cada indivíduo vai ser actor do referido «meio» e parte da consciência colectiva dos valores culturais que enformam esse «meio» onde introduz as suas modificações. Por outro lado, também as instituições, e as condicionantes materiais, mudam no tempo e no espaço, mudando com elas, em maior ou menor escala, os parâmetros culturais e os sistemas de valores.

Os sistemas de valores, dependentes de tantos e tão variados factores externos a cada indivíduo, apesar da necessidade que cada indivíduo sente de os não modificar para estabilidade da sua própria personalidade, são portanto susceptíveis de alterações. Estas alterações são difíceis, lentas, e minimizadas pelo esforço equilibrador dos indivíduos e dos grupos sociais, mas ocorrem, inevitavelmente, mesmo nas sociedades mais fechadas e conservadoras.

Como os sistemas de convicções não são hereditários, em termos genéticos, mas adquiridos, é a comunicação, na sua múltipla variedade de formas, que os veicula e lhes dá substância colectiva. A comunicação não se esgota, de modo nenhum, nos meios que se designam vulgarmente por comunicação social (imprensa, rádio, televisão, cinema) pois inclui processos muito mais directos e ainda hoje muito mais influentes pela sua dispersão e multiplicação, como, por exemplo, o vestuário, o comportamento social, os símbolos de estatuto através da posse de determinados bens materiais, a música, os jogos, os desportos, os gestos, toda a infinidade de meios de comunicação entre os indivíduos, etc. Mas, se essa comunicação geral e omnipresente que materializa os sistemas de valores e de convicção colectivos não se reduz aos chamados «meios de comunicação social», a verdade é que estes fazem parte integrante dela, e parte cada vez mais importante, e portanto também eles contribuem para a formulação desses valores e convicções. A intervenção veiculada através deles poderá, por conseguinte, actuar sobre a opinião pública, mesmo se contrariando num dado momento os sistemas de convicção colectivamente prevalecentes, desde que a acção conduzida possa ser mantida durante o tempo suficiente e de forma a não ser imediatamente rejeitada e portanto colocada fora do complexo de comunicações que actuam como suportes desses sistemas.

É o que, por outras palavras, Jean Meynaud sintetiza nas seguintes frases extraídas do seu artigo já referido a pág. 177: «Se é verdade que uma das funções das notícias é alimentar as convicções ideológicas dos cidadãos, pode-se pensar que a manipulação dessas notícias pode exercer alguma influência sobre a consistência e intensidade dessas convicções... Passando certos factos em silêncio, apresentando-os numa versão truncada ou acompanhando-os de comentários tendenciosos (eventualmente de natureza fotográfica) modificam-se, em suma, as bases do julgamento que, cada um segundo o seu próprio sistema de atitudes, os leitores são conduzidos a produzir sobre a situação ou a evolução. E, por aí, pode-se eventualmente contrariar ou impedir o desencadear de certas reacções. Por outras palavras, os jornais são, apesar de tudo, susceptíveis de desempenhar um papel agindo não de modo directo sobre as ideias dos leitores, mas sobre a gama de factos capazes de pesar sobre essas ideias».

Estas palavras parecem ser claramente aplicáveis aos outros meios de comunicação social.

3. Opinião Pública e Política de Defesa Nacional

As relações entre a opinião pública e a política de Defesa Nacional assentam numa contradição, ou melhor, numa oposição de base. É que uma política de Defesa Nacional diz respeito a todos os sujeitos do Estado-Nação, é fundamental — envolve valores essenciais de conservação da identidade e liberdade nacional — e deve, para ser eficaz, obter a participação, ou a aceitação, da maioria dos cidadãos. Estas características apontam todas elas para um interesse na opinião pública. Mas, por outro lado, os problemas ligados à definição de uma política de Defesa são geralmente abstractos e um tanto longínquos das preocupações dominantes (excepto, claro, quando se formalizam ameaças de agressão iminente do exterior); muitos dados e informações em matéria de Defesa são necessariamente secretos, e portanto impedidos de acesso à opinião pública; os prazos úteis de uma política de defesa raramente são imediatos, o que também constitui um óbice ao interesse da opinião pública; e, finalmente, em muitos aspectos os problemas de Defesa são pouco mobilizadores, isto é, não se prestam, hoje em dia, a cultivar entusiasmos populares. Outrora, era fácil falar em termos de expansão, de vitórias, de conquistas, ou explicitar a existência de ameaças exteriores. Actualmente,

em que grandes verbas são necessárias só para garantir a conservação de equilíbrios, isto é, da continuação «na mesma», e em que as ameaças exteriores cada vez se afastam mais dos estereótipos tradicionais (sem que aliás isso represente menos perigos) é cada vez mais difícil mobilizar a opinião pública.

De tudo isto, resulta a contradição a que fazemos referência. Um assunto de importância fundamental e que diz respeito a toda a gente, cada vez parece interessar e mobilizar menos pessoas.

Ora, como aliás acontece com as outras instituições, também com a Defesa Nacional importa que os seus objectivos, os meios, e a política prosseguida com vista a assegurá-los, sejam conhecidos e compreendidos de todos. E também, que no estabelecimento dos seus objectivos, na escolha dos meios e na definição da política se tenham em conta as tendências dominantes da opinião pública, não, evidentemente, para subordinar esses objectivos a essa opinião, mas para, adaptando no possível, preparar uma mais fácil compreensão e aceitação generalizada.

Uma acção de esclarecimento surge assim como complementar de uma outra de conhecimento e sucessivamente, pois os efeitos do esclarecimento (que é uma forma de intervenção) deveriam ser conhecidos para eventuais reajustamentos.

O problema da necessidade de interessar a opinião pública nos objectivos e política de Defesa é várias vezes abordado nos quatro artigos referidos no início deste. As seguintes linhas do artigo de Joel le Theule, a pág. 31, parece-me referir o essencial desse problema: «Os problemas de Defesa são difíceis e frequentemente mal apreendidos na sua globalidade pela opinião pública. Os jovens na maioria, não se preocupam com eles senão através do serviço militar, sentido muito mais como uma obrigação, à qual por vezes tentam furtar-se, do que como uma participação eficaz e necessária à Defesa da Nação. De um modo geral, fora dos períodos de crises graves e de tensão, a utilidade das Forças Armadas não aparece de forma evidente. O desenvolvimento dos armamentos nucleares, como o distanciamento das ameaças, conduziram, parece-me, a uma certa desmobilização da opinião que considera que as nossas forças estratégicas nucleares nos asseguram, uma vez por todas, e definitivamente, uma protecção geral e quasi absoluta, ou ao contrário... que, de qualquer modo, nós não temos e não teremos nunca meios de nos defender eficazmente... Infelizmente,

o mundo actual é perigoso e desestabiliza-se cada vez mais. Tivemos disso um exemplo recente em África com os acontecimentos de Angola ou do Zaire. Quanto ao futuro no corno oriental desse continente, parece precário para não dizer inquietante. Contudo, a África está às nossas portas, e temos demasiada tendência a esquecê-lo. As potências do Este, e especialmente a URSS, fazem esforços consideráveis, diria mesmo gigantescos, para aí reforçarem a sua presença militar. E, sem que disso se dê bem conta, certos países que consideram médios ou mesmo pequenos, e pouco desenvolvidos, dispõem actualmente de um potencial militar que fariamos mal em subestimar. Ora, é sabido, os exércitos, para estarem aptos a cumprir as suas missões de segurança, têm, sem cessar, de se modernizar, aperfeiçoar, renovar os seus armamentos, e treinar-se para estarem prontos em todos os momentos, porque as circunstâncias podem exigir nos nossos dias uma resposta rápida... É preciso para isso créditos importantes. Uma tal carga não será aceite a menos que a Nação compreenda que uma Defesa não se improvisa, que ela é uma tarefa permanente e primordial pois que é da sua capacidade que depende, no fundo, a manutenção das nossas liberdades e da nossa independência... é a grandeza, mas também a fraqueza, das democracias, que nenhuma instituição, por mais necessária que ela seja, possa sobreviver muito tempo sem o consentimento pelo menos tácito, do povo.»

Está aqui, com clareza, a dificuldade dos problemas da Defesa e seu afastamento da opinião pública, bem como a necessidade de mobilizar as pessoas para eles. Com pequenos ajustamentos, como por exemplo na referência que faz ao dissuasor nuclear, as palavras de Joel le Theule parecem poder aplicar-se à realidade portuguesa.

Talvez seja oportuno agora recordar que a opinião pública é em grande medida dependente dos sistemas de convicções prevaletentes nos grupos sociais onde essa opinião se forma. Por outro lado, uma identidade social assenta num conjunto de valores socioculturais, cuja consciência colectiva é assumida justamente sob a forma de convicções profundas e fortes, capazes de gerarem a solidariedade colectiva (nacionalismo, ou patriotismo) que assegura a continuidade da Nação. A existência de uma solidariedade nacional suficientemente forte é pressuposto da eficácia de qualquer política de Defesa Nacional, e as convicções que enformam essa solidariedade são da mesma natureza e pertencem aos mesmos sistemas individuais e colectivos que intervêm na formação da opinião pública.

Conforme vimos atrás, a relação das opiniões públicas com os sistemas de convicções é de duplo sentido, e se é verdade que a maior estabilidade e força das convicções dá muito maior preponderância à influência destas, é também verdade que a formação daquelas, sobretudo através da informação adquirida, algo modifica, por pouco que seja, nos sistemas de convicções. Do mesmo modo o nacionalismo, ligado como está aos sistemas de convicções, não apenas influirá mas também sofrerá a influência das flutuações da opinião, sobretudo, como é lógico, no que respeita aos problemas da Defesa. Atendendo ao papel da maior importância que nos parece caber ao nacionalismo (solidariedade nacional) para a perservação da identidade nacional, esta ligação entre o nacionalismo e a opinião pública deveria merecer particular atenção nos estudos sobre a Defesa Nacional.

A opinião pública desempenha pois e deve desempenhar um papel importante relativamente aos problemas da Defesa Nacional. Mesmo quando não se preocupa com eles, essa ausência de interesse representa um lastro, um travão, e pode mesmo inviabilizar determinados objectivos. Interessa portanto conhecê-la e informá-la.

O conhecimento da opinião pública é, por si só, todo um vasto campo de dificuldades onde os resultados obtidos, apenas amostragens, nunca têm senão um valor relativo. Mas mesmo relativas e limitadas, todas as informações que possam dar indicação da evolução e do sentido de uma opinião pública se revestem de grande utilidade. O processo mais usado, o das sondagens através de inquéritos, tem a sua validade estreitamente dependente da validade de escolha das amostragens, mas se esta for razoavelmente feita, e em quantidade suficiente, os seus resultados são bastante seguros. Aliás, devem ser interpretados e nessa interpretação, além de enquadrados nas grandes coordenadas ideológicas, sociais e políticas relativas ao assunto em causa, ser completados com outros processos de medida indirecta, tais como volume e natureza das informações sobre assuntos militares nos órgãos de comunicação social, natureza dos incidentes nos quartéis, tipo de relações que se estabelecem e mantêm entre os quartéis e as populações vizinhas, percentagens de voluntários para o serviço militar em relação com a situação do mercado do trabalho, etc.

Conforme se pode verificar nos quatro artigos da «Défense National» aqui referidos, em França são frequentes os inquéritos à opinião pública sobre problemas de Defesa. Nalguns casos serão mesmo anuais, pois no

artigo de Jean-Marc Lech, «L'évolution de l'opinion des français sur la défense a travers les sondages de 1972 a 1976» são referidos resultados de sondagens em 1973, 1974 e 1975, postos em confronto entre si e com tendências apuradas em outros inquéritos anteriores nos princípios e em meados da década de 60.

O conhecimento do sentido e da evolução da opinião pública não significa, de modo nenhum, uma subordinação da política de Defesa Nacional a essa opinião. Quando, como neste caso, são os interesses superiores de um Estado que estão em causa, as decisões não podem, evidentemente, ser conduzidas pela opinião pública. Mas interessa conhecê-la, para evitar, sempre que possível, choques frontais entre a política traçada, ou os meios utilizados, por um lado, e a opinião dominante, por outro. E, mais importante ainda, pois o que sobretudo importa é obter a adesão das pessoas, interessa conhecer a opinião pública para, sempre que possível, adaptar a política e os meios às linhas dominantes dessa opinião. E finalmente, para que, quando os interesses superiores da Nação imponham objectivos, políticas e meios impopulares, o conhecimento da opinião pública oportunamente obtido permita orientar de modo mais eficiente a necessária acção de esclarecimento que vá melhorar a aceitação dessas medidas impopulares.

Isto conduz-nos ao outro aspecto das relações com a opinião pública, que aqui temos designado, genericamente, como intervenção, e que abrange todas as modalidades de influência nessa opinião. A primeira dessas modalidades, é o esclarecimento, a informação leal e aberta das razões, dos interesses, dos factos. Um amplo campo também aqui se abre para actuação, onde se inserem iniciativas como, justamente, este Instituto e esta revista, mas onde muito mais há para fazer e se pode fazer. Nas escolas, nas universidades, nos quartéis, nos meios de Comunicação Social, na Assembleia da República, podem estudar-se e debater-se problemas da Defesa, divulgar esclarecimentos e informação.

Todas essas acções de esclarecimento, com o tempo, poderiam levar a generalidade das pessoas a compreender melhor os problemas da Defesa, e portanto a interessarem-se mais por eles e de uma forma mais fundamentada. Isso teria não só vantagens directas e indirectas no que respeita à aplicação de uma política de Defesa, mas também, por via da influência da formação da opinião nos sistemas de convicções, ao actuar na natureza e intensidade dos laços de solidariedade nacional, contribuir para a definição de uma

identidade nacional sem ambiguidades, capaz de mobilizar os Portugueses não apenas para uma política de Defesa Nacional, mas para todas as políticas de recuperação nacional.

Raul François Ribeiro Carneiro Martins

Tenente-coronel de Artilharia Pára-quedista
Professor no Instituto de Altos Estudos
da Força Aérea